

Nesta edição tivemos a honra de contar com a grata e preciosa colaboração do Professor Gersem Baniwa na elaboração do posfácio deste dossiê. Agradecemos imensamente ao Professor Gersem pela grande contribuição de trazer o olhar de uma liderança indígena e de um intelectual amazônico e antropólogo renomado que conhece bem a vivência e a prática cotidiana de seu povo e de outros povos indígenas.

Sua reflexão e a perspectiva que adota sobre as grandes temáticas deste dossiê, a saber: Conhecimentos Tradicionais, Territorialidades e Governança Socioambiental na Amazônia, tendo fio condutor os conhecimentos tradicionais e aquilo que Ele chama de “governança sóciocósmica”. Assim, sobre estes temas e/ou conceitos o Professor Gersem aponta questões importantes e convida o leitor a mergulhar nesta reflexão destituído de pré-noções. Destacamos um trecho do seu texto para estimular ainda mais o leitor nesta reflexão: “Os conhecimentos tradicionais carregam outras concepções de natureza, território, universo, cosmo, humanidade, animalidade, distintas da concepção racionalista, positivista e biologista moderna e pós-moderna”.

O Professor Gersem Baniwa é indígena do povo Baniwa da Terra Indígena Alto Rio Negro/AM, licenciado em Filosofia pela Universidade Federal do Amazonas e doutor em Antropologia Social pela Universidade de Brasília. Foi Secretário de Educação de São Gabriel da Cachoeira/AM, Coordenador Geral de Educação Escolar Indígena do Ministério da Educação, Conselheiro do Conselho Nacional de Educação, Gerente Técnico de Projetos Demonstrativos dos Povos Indígenas (PDPI) do Ministério do Meio Ambiente. Foi dirigente da Federação das Organizações Indígenas do Rio Negro (FOIRN), da Coordenação das Organizações Indígenas da Amazônia Brasileira (COIAB), do Centro Indígena de Estudos e Pesquisas (CINEP), do Fórum Nacional de Educação Escolar Indígena (FNEEI) e Fórum Estadual de Educação Indígena do Amazonas FOREEIA). Foi professor efetivo da Universidade Federal do Amazonas e atualmente é professor associado da Universidade de Brasília.

#### **CONHECIMENTOS TRADICIONAIS, TERRITORIALIDADES E GOVERNANÇA SOCIOAMBIENTAL**

*Por Gersem Baniwa*

Nunca no período moderno e pós-moderno da humanidade os conhecimentos tradicionais se tornaram tão importantes como nos tempos atuais. Isso porque a tecnologia e a ciência moderna também conhecida como ciência acadêmica, ciência universal ou ciência positiva que aflorou nos últimos três séculos, apesar de todo avanço extraordinário alcançado, não têm sido capaz de garantir ou projetar a sustentabilidade da vida no planeta, que avança assustadoramente para sua desorganização, desequilíbrio,

desintegração e destruição, exemplificado por meio das rápidas e profundas mudanças climáticas que ameaçam seriamente as condições de vidas e existências no mundo. Mudanças climáticas são resultados de ação destrutiva do ser humano ao meio ambiente natural apoiado pelo grande arsenal tecnológico de máquinas que, se, por um lado, tem sido fundamental para garantir as mínimas condições materiais de vida humana, por outro lado, tem sido utilizada descontroladamente para a destruição do meio ambiente, dos recursos naturais e do emprego no mundo, ameaçando seriamente toda a vida no planeta.

De posse de poderosas máquinas e da tecnologia e da inconsequente consciência anti-natureza, o homem se sentiu empoderado para enfrentar a natureza, afastando-a e desconectando-a de si e passando a desafiá-la, obcecado pela possibilidade de controlá-la, dominá-la e destruí-la, como se isso fosse um coroamento civilizatório, quando, ao contrário, essa obsessão não passa de uma contracivilização, uma consciência enganosa, uma negação ou destruição de si mesmo, porque o ser humano, mesmo com uma enorme capacidade criadora, é apenas uma parte frágil, limitada, subordinada e dependente da natureza. A bióloga Nurit Bensusan nos alerta sobre isso a partir de uma hipótese bastante interessante e muito preocupante de que o homem pós-moderno estaria buscando assemelhar-se à máquina na sua imortalidade e insensibilidade para a emoção, o afeto, a dor e para o sofrimento, como forma de fugir, esconder ou neutralizar suas profundas limitações, que leva a um distanciamento ainda maior da natureza, considerada, frágil, limitada, hostil e anti-humanidade, anti-civilização e anti-modernidade. É fato que o ser humano atual convive, conversa e se emociona diariamente cada vez mais com a máquina do que com outro ser humano, mesmo dentro de uma mesma casa familiar, comunidade, bairro ou cidade.

O uso destrutivo das máquinas e da tecnologia associado à mentalidade predatória na prática econômica exploratória, extrativista, consumista, acumulativista e capitalista vem cada vez mais inviabilizando o funcionamento natural e vital da natureza, levando a um claro desequilíbrio e insustentabilidade da vida no planeta sem precedentes. Ao contrário, os conhecimentos tradicionais e as respectivas tecnologias aplicadas milenarmente são altamente sustentáveis. Os povos indígenas amazônicos, por exemplo, vivem a pelo menos 11000 anos na região, desenvolvendo complexas civilizações humanas, organizadas por meio de sistemas políticos de cacicados e povoamentos que alcançavam populações de até 10 mil pessoas e para sobrevivência alimentar desenvolveram sistemas agrícolas bastante avançados e altamente sustentáveis, sem que produzissem impactos significativos sobre a funcionalidade e configurações dos ecossistemas e do

---

---

meio ambiente natural. Os modos de vida tradicionais ainda hoje vividos e praticados pelos povos tradicionais são prova material e histórica da possibilidade de convivência respeitosa, equilibrada e sustentável entre o homem e a natureza, desde que essa relação esteja baseada em uma concepção e lógica da própria natureza, da qual o ser humano é integrante, com sua grandeza, potência e suas limitações, mas com grande poder de autogovernança sociocósmica.

Os conhecimentos tradicionais carregam outras concepções de natureza, território, universo, cosmo, humanidade, animalidade, distintas da concepção racionalista, positivista e biologista moderna e pós-moderna. É importante destacar que são essas concepções que regem e moldam as relações dos humanos entre si e estes com a natureza, com o território e com o mundo. É assim que na modernidade e pós-modernidade observamos o destaque de duas concepções básicas sobre a natureza e a humanidade: a concepção ocidental do mundo androcêntrico e materialista que considera a natureza, o território, o meio ambiente e o próprio homem como objetos, recursos, capital material, matéria-prima industrial, comercial e capitalista e a concepção dos povos e comunidades tradicionais para quem a natureza é orgânica, sistêmica, interdependente – natureza como “teia da vida e das existências” – com conexões, inter-relacionamentos e relações de complementariedade, engajamento holístico, incluindo o ser humano como parte integrante e interdependente. A partir desta concepção podemos compreender e reconhecer a governança sóciocósmica, ou seja, a autonomia plena da natureza que se autogoverna. Segundo esta concepção, todos os seres da natureza têm a mesma importância, papel e função para o equilíbrio e manutenção da vida e das existências materiais e espirituais.

É assim que percebemos um alto grau de sustentabilidade do mundo natural e humano das comunidades tradicionais que são civilizações humanas milenares organicamente integradas à lógica da natureza. São vidas e existências baseadas em conhecimentos, autoconhecimentos, consciência e autoconsciências no mundo, que fundamentam coexistências e convivências com respeito afetuoso, equilibrado, com reciprocidade, complementariedade e diálogo cósmico permanente. Assim, valorizar, promover e viver os conhecimentos e modos de vida tradicionais ou ancestrais é uma forma importante de contribuir com a sustentabilidade da vida no planeta, como forma de segurar o céu para não cair sobre nossas cabeças e adiar o fim o mundo, como nos ensinam Davi Kopenawa e Ailton Krenak. É também uma forma alternativa à cultura ecocida e suicida da modernidade e pós-modernidade ultracapitalista.

Os conhecimentos tradicionais carregam outras bases epistêmicas ancestrais, éticas, políticas, econômicas, religiosas, enquanto sistemas ou

---

regimes próprios de conhecimentos, baseados empírica e teoricamente no manejo de recursos naturais coletivos e comunitários, como manejo cósmico do mundo, ou seja, enquanto cuidado e manutenção da “teia da vida” cósmica. A presença e vivência milenar dos conhecimentos tradicionais nos convoca à necessidade de retomada dos princípios ancestrais da vida, da natureza, do território, do homem e do mundo de forma orgânica, sistêmica, interdependente e integral da vida e das existências humanas e não humanas, como forma segura de continuar garantindo vidas e coexistências no mundo. A valorização e priorização dos saberes e modos de vida tradicionais requerem da humanidade um novo contrato sociocósmico (não apenas contrato social, como defendia Rousseau) de vida e existências no mundo pós-capitalista, capaz de repor e recompor o direito à vida e à existência dos humanos, da natureza e do meio ambiente. A defesa dos direitos humanos não pode estar dissociada dos direitos da natureza, melhor dizendo, dos direitos de todos os seres existentes, animados e inanimados.

O intelectual quilombola Antônio Bispo nos chama atenção para a importância dessa concepção holística da natureza, incluindo a espécie humana, na sua composição natural, baseada em relações de interdependência que ele denomina de relações biointerativas entre humanos, seus territórios e a natureza a que pertencem e da qual dependem para existirem. O pensamento moderno e pós-moderno antropocêntrico e racionalista-materialista forjou outro tipo de relação dos humanos com a natureza, onde a relação ancestral, tradicional e natural é desconectada, hierarquizada, distanciada e oposta. Na fissura dessa relação cósmica, surge o sujeito homem proprietário e dono individual, predador, privativo, dominador, explorador e destruidor. Segundo Antônio Bispo essa fissura e oposição negativa seria resultado do que ele chama de Cosmofobia, enquanto medo, hostilidade, obstáculo e oposição à natureza encontrada na cosmogonia ocidental europeia, recuperada pela modernidade industrial, tecnológica e científica para justificar moralmente a subjugação e destruição da natureza e do território natural. O autor baseia sua ideia na história bíblica de expulsão e condenação de Adão e Eva do Jardim do Éden, como castigo e condenação. Deste modo, o território e a natureza teriam sido condenados e amaldiçoados. Desde então, o ser humano ocidental eurocêntrico foi condenado ao pecado e à morte e para (sob) viver teve que enfrentar uma natureza/território hostil e igualmente condenado. Aqui teria iniciado o processo de desterritorialização do ser humano que gerou o distanciamento e a desconexão e a consequente relação de hostilidade e destruição dos territórios e da natureza.

Tradicionalmente os povos indígenas compreendem os seus territórios como dádiva dos heróis criadores. Nos primórdios da criação do mundo, cada

---

---

povo recebeu um território próprio, assim como uma língua e as condições materiais e imateriais para viver. O território indígena, portanto, é um bem recebido e herdado ancestralmente e coletivamente, por isso, é considerado sagrado, enquanto fonte e condição da vida e da existência, razão pela qual também é significado e representado na expressão “mãe terra”. O território é um bem coletivo, assim como são todos os componentes da base vital da natureza: o ar, os rios, as florestas, as montanhas, os mares, os lugares sagrados, dentre outros. O território e a natureza, como pilares do mundo cósmico, não atendem à ordem ou vontade humana, mas à ordem cósmica. Dito de outro modo, o território assim como a natureza não pertence aos homens, mas ao Cosmo, razão pela qual não podem ser apropriadas, privatizadas e apossadas.

A concepção de território ancestral sagrado diferencia profundamente da concepção de terra como recurso patrimonial ou bem privado humano, individual, empresarial ou estatal. O conceito tradicional de território não apresenta fronteira, divisória ou limite físico geográfico. Os territórios tradicionais são resultados de reconhecimento natural e ancestral mútuo. Ou seja, cada povo, ao conhecer e reconhecer seu território ancestral, reconhece também os territórios ancestrais de outros povos vizinhos ou não. É uma espécie de um direito natural ou direito ancestral, mais do que um direito originário. Aqui, não há disputas territoriais, do ponto de vista de apropriação, patrimonialização ou privatização. O que ocorrem são disputas por recursos neles existentes, que, no entanto, não nega, não questiona e nem anula o direito sagrado e ancestral, uma vez que este direito é da ordem natural e cósmica.

Os conhecimentos tradicionais formam um conjunto de ideias, práticas, técnicas, valores, símbolos, códigos que respondem às necessidades e projetos de vida dos povos tradicionais. São conhecimentos comunitários gerados a partir de milhares de anos de observação e experiências que são compartilhadas e orientadas para garantir a manutenção de modos de vida específicos. Os conhecimentos tradicionais são ligados à percepção e à compreensão que os povos tradicionais têm da natureza e se manifestam no trabalho, nos modos de vida e que são transmitidos entre as gerações preferencialmente por meio oral. Os processos de transmissão intergeracional também oferecem oportunidades privilegiadas para as readequações, reelaborações, atualizações e aperfeiçoamentos permanentes. Esses sistemas de conhecimento são holísticos, onde as distintas aplicações do conhecimento envolvem, de forma interligada, relações sociais, trocas econômicas, estruturas políticas e cosmopolíticas.

Os sistemas de conhecimentos tradicionais possuem elevado grau de autarquia, ou seja, possuem epistemologias e ontologias próprias e lugares

---

específicos de utilização. Eles também são altamente autônomos, autossustentáveis e autossuficientes, isto é, os grupos sociais que os produzem e controlam não precisam de outros sistemas de conhecimento para manter seus modos de vida. Funcionam como um conhecimento bastante completo e suficiente para suas sociedades, mesmo que estivessem em contato com outros sistemas de conhecimento, como vem acontecendo ao longo do processo colonial, mesmo diante da expansão colonizadora da tecnociência e do capitalismo.

Uma característica muito comum entre os sistemas de conhecimentos tradicionais são suas conexões com o mundo ancestral e com a natureza. A ancestralidade aqui é entendida como o conjunto de princípios, valores, saberes e capacidades criados e deixados nos primeiros tempos da humanidade e do mundo que chegam até os tempos atuais e repassados de geração a geração. Para os povos tradicionais, conhecer é uma habilidade que se adquire na relação com outros seres que habitam o mesmo mundo, no processo de engajamento e integração cósmica. Assim, quanto mais engajamento e integração com a natureza, mais possibilidade de conhecimento. O ponto de partida para o conhecimento, portanto, não é o distanciamento, a objetividade ou neutralidade, mas é o engajamento, a entrega e a integração do sujeito no mundo.

As pedagogias ancestrais vão além com a ética cósmica planetária onde o conhecimento só é possível com a permissão e colaboração da natureza. Resulta disso que a educação tradicional se ancora na chamada pedagogia ancestral que está orientada sob a filosofia ancestral do Bem Viver. Bem Viver é viver em equilíbrio, respeito, reciprocidade, solidariedade e interdependência com a natureza. A pedagogia do Bem Viver ensina a viver com sabedoria, com autonomia, com liberdade, com sentido existencial, com alegria, com empatia e com amor, mesmo diante de adversidades. São valores que se aprendem ao longo da vida.

Esta obra cumpre uma missão histórica e pedagógica importantíssima como espaço e visibilidade dos conhecimentos tradicionais e seus sujeitos produtores, transmissores e viventes em meio a um mundo cada vez mais tecnocêntrico. É importante lembrar e destacar que, embora os conhecimentos tradicionais estejam cada vez mais presentes nos debates acadêmicos, eles ainda não fazem parte das matrizes curriculares e pedagógicas dos programas e cursos acadêmicos. Algumas universidades públicas têm avançado no reconhecimento de pessoas com notório saber, referindo-se aos conhecimentos tradicionais. Alguns programas e cursos têm incluído em seus currículos, ainda que nas partes diversificadas, transversais

---

ou optativas, conteúdos que tratam da diversidade dos conhecimentos tradicionais.

Embora essas iniciativas sejam animadoras, elas ainda são microlocalizadas em espaços e públicos específicos e limitados. Os conhecimentos tradicionais ainda são considerados inferiores, subconhecimentos, crenças, tabus, mitos ou conhecimentos sem validade objetiva pela ciência acadêmica. Mas cresce o debate dentro da academia em torno da necessidade de reconhecimento desses conhecimentos como equivalentes aos conhecimentos “científicos”, como outros conhecimentos com outras lógicas de produção, transmissão, aplicação e uso. Autores como Paul Little sustentam a ideia de que não há diferenças substantivas e categóricas entre o conhecimento tradicional e o moderno ou científico, uma vez que aquilo que hoje é moderno amanhã será tradicional, ou o que é hoje tradicional, ontem era moderno. O reconhecimento e a validação social dos conhecimentos tradicionais, como diferentes e diversos, mas equivalentes à ciência moderna são pré-requisitos para o diálogo, convivência e coexistência intercultural, intercientífico ou interepistêmico, tão necessários para uma sociedade humana de paz, de harmonia, de tolerância, de respeito, sem preconceito e sem racismo, inclusive, epistêmico.

Não se trata de reduzir a importância civilizatória do conhecimento científico em favor do conhecimento tradicional ou vice-versa, pois, a história demonstra suficientemente a importância vital de ambos. O que não é admissível é a supervalorização ou a valorização exclusiva e excludente do conhecimento científico em negação ou desvalorização dos outros conhecimentos. A nossa sociedade atual, orgulhosa de suas conquistas tecnológicas e cambaleante por suas posturas ecocidas, necessita da confluência e da complementariedade dos dois conhecimentos, o científico e o tradicional, para o equilíbrio e sustentabilidade do planeta, pois, enquanto o científico possibilita maior qualidade e condições de vida material, o tradicional promove o Bem Viver, garantindo a manutenção dos nossos ecossistemas e a consciência ecológica cósmica, a única capaz de salvar o planeta e nós humanos, de nós mesmos.